

IGUÁ RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ/ME: 42.353.180/0001-35

Relatório da Administração

A Iguaí Rio registra Receita Líquida Ajustada de R\$ 1,4 bilhão no acumulado do ano

DESTAQUES:

- **A Receita Líquida Ajustada totalizou R\$ 366,3 milhões no 4T25 e R\$ 1,4 bilhão em 2025**, impulsionada principalmente pela ampliação da base de clientes e pelo desempenho positivo das operações comerciais.
- **O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 195,9 milhões no 4T25, um crescimento de 31,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.** No acumulado de 2025, o indicador somou R\$ 775,6 milhões, aumento de 34,9% sobre 2024. **A margem EBITDA Ajustado evoluiu para 53,3% no trimestre e 56,4% em 2025**, refletindo a consolidação dos resultados operacionais e o efeito positivo da forte reversão de PECLD no 3T25 impactando o acumulado no ano.
- **As economias de água e esgoto totalizaram 709,9 mil em 2025, representando um crescimento de 2,8% na comparação anual.** O avanço resulta das obras de expansão das redes de atendimento, dos esforços de recadastramento de clientes e da intensificação das fiscalizações presenciais, que contribuíram para a regularização e formalização de ligações.
- **Redução de 1,4 p.p. no Índice de Perdas no Faturamento, que atingiu 50,0% no 4T25.** O resultado é reflexo dos avanços nos investimentos em setorização, ganhos de eficiência decorrentes dos investimentos em infraestrutura e do aprimoramento das ações de controle e fiscalização.

- **Receita:** No quarto trimestre de 2025, a receita manteve trajetória de crescimento, impulsionada pelo fortalecimento das ações comerciais, pela ampliação da base de clientes e pelos investimentos contínuos em infraestrutura e fiscalização.
- **Água:** O desempenho positivo de +18,1% e +13,1% no 4T25 e 2025, respectivamente, reflete a expansão da cobertura dos serviços, o aumento do volume faturado e a efetividade das iniciativas de regularização de ligações, evidenciando a capacidade da Companhia de ampliar sua base de clientes e fortalecer a geração de receita de forma sustentável.
- **Esgoto:** Manteve evolução, com crescimentos de 4,7% no 4T25 e 16,1% em 2025, em função dos efeitos positivos das iniciativas comerciais, operacionais e de fiscalização já mencionadas ao longo deste relatório.
- **Serviços:** Segue em crescimento, com aumento de 7,3% no 4T25 e 209,9% em 2025 decorrente da intensificação das atividades de fiscalização e pelas ações de combate a irregularidades.
- **Custos e Despesas:** No 4T25, os custos e despesas totalizaram R\$ 337,7 milhões, queda de 3,0% em relação ao 4T24, refletindo principalmente a redução nos custos de compra de água e a reversão líquida de PECLD, em função da melhora na carteira de recebíveis.
- **Pessoal:** No trimestre, a linha de Pessoal apresentou aumento, reflexo da expansão do quadro de colaboradores em função do crescimento das operações e da ampliação dos serviços prestados, além do reajuste salarial previsto no acordo coletivo de 2025.
- **Serviços de Terceiros:** Registrou redução no acumulado de 2025, resultado dos ganhos de eficiência operacional obtidos com a otimização contínua de processos, o que contribuiu para maior produtividade e controle de custos.
- **Compra de Água:** Apresentou variação de -0,1% em relação ao trimestre anterior, movimento que reforça o controle e a eficiência na gestão dos contratos de fornecimento e no consumo operacional.
- **PECLD:** O resultado positivo reflete grandes negociações realizadas com sucesso que impactam de forma positiva o PECLD. Adicionalmente, a companhia vem implementando iniciativas voltadas ao afunilamento da carteira de inadimplência, com foco na redução de novas ocorrências e na recuperação do estoque existente, fortalecendo a qualidade dos ativos e a consistência dos resultados futuros.

EBITDA (R\$ '000)						
	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Resultado do período	(70.513)	(115.032)	-38,7%	(348.039)	(407.436)	-14,6%
(+) Tributos sobre o lucro	(36.977)	(59.183)	-37,5%	(178.193)	(209.789)	-15,1%
(+) Financeiras líquidas	240.433	260.847	-7,8%	1.050.132	958.201	9,6%
(+) Amortização / Depreciação	62.911	61.902	1,6%	251.717	233.872	7,6%
EBITDA IFRS	195.854	148.534	31,9%	775.617	574.848	34,9%
(+/-) ICPC 01	104.261	103.573	0,7%	359.272	406.806	-11,7%
Receita líquida ajustada	366.337	331.267	10,6%	1.374.980	1.226.291	12,1%
EBITDA Ajustado	195.854	148.534	31,9%	775.617	574.848	34,9%
Margem EBITDA Ajustado	53,5%	44,8%	8,6 p.p.	56,4%	46,9%	9,5 p.p.

A Receita Líquida Ajustada totalizou R\$ 366,3 milhões no trimestre (+10,6%) e R\$ 1,4 bilhão no acumulado de 2025 (+12,1%), sustentada pelo crescimento da base de clientes, aumento do volume faturado e impacto positivo do reajuste tarifário de 11,49%, vigente desde dezembro de 2024. O EBITDA Ajustado da Iguaí Rio alcançou R\$ 195,9 milhões no 4T25, crescimento de 31,9% em relação ao 4T24, impulsionado pela expansão da receita e pela melhora de eficiência operacional. A margem EBITDA Ajustada evoluiu 8,6 p.p., atingindo 53,5%, refletindo o maior controle de custos e despesas operacionais e o efeito positivo de reversão de PECLD. No acumulado de 2025, o EBITDA somou R\$ 775,6 milhões, alta de 34,9%, com margem de 56,4%, demonstrando a consolidação dos ganhos operacionais e financeiros ao longo do período.

¹ A partir do 1T25, a Companhia adotou novo critério para cálculo do EBITDA Ajustado, reduzindo a quantidade de ajustes e aproximando o indicador do resultado contábil auditado. Com isso, os efeitos dos CPCs 47 e 48 (Receita do Cliente e PECLD) passaram a ser incluídos nas bases de Receita e EBITDA Ajustados, alterando a base comparativa para os períodos anteriores.

Endividamento			
Alavancagem (R\$ '000)			
	4T25	3T25	Δ%
Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e depósitos vinculados	164.926	357.414	-53,9%
Empréstimos e financiamentos	620.383	616.106	0,7%
Debêntures emitidas	7.822.000	7.830.329	-0,1%
Partes Relacionadas	(88.448)	(86.368)	-100,0%
Dívida Bruta	8.353.935	8.360.067	1,0%
Dívida Líquida	8.189.009	8.002.653	3,4%
EBITDA Ajustado (12 meses)	775.617	728.297	6,5%
Alavancagem	10,6x	11,0x	

A dívida líquida registrou um aumento de 3,4% em relação ao mesmo período no ano anterior, refletindo a atualização monetária das debêntures de longo prazo durante o período de carência de juros e principal. A redução de 53,9% do caixa e equivalentes, foi resultado do pagamento no valor aproximado de R\$ 1,8 bilhão referentes à última parcela do pagamento da outorga referente à concessão do Bloco 2 do leilão da CEDAE.

Cronograma de Vencimento da Dívida (R\$ '000)²							
	165	98	27	90	131	135	
Caixa e Aplicações financeiras		2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante
							8.347

Os valores referem-se principalmente às debêntures IRJS14, IRJS15 e IRJS24, com início dos pagamentos em novembro de 2025 e amortizações semestrais customizadas ao fluxo de caixa esperado para o projeto. O prazo médio da dívida é de 13,1 anos, refletindo um perfil de longo prazo que confere previsibilidade e está alinhado à estratégia da Companhia de fortalecer sua estabilidade financeira e garantir a sustentabilidade dos compromissos operacionais.

² Cronograma do pagamento de principal, considerando os juros acruados. Desconsidera as debêntures adquiridas pela controladora Iguaí Saneamento.

Investimentos						
(R\$ '000)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Rede de Água	30.590	35.426	-13,7%	100.614	130.263	-22,8%
Rede de Esgoto	59.649	67.913	-12,2%	205.538	234.171	-12,2%
Demais investimentos	12.703	235	5305,5%	51.802	42.372	22,3%
Total	102.942	103.574	-0,6%	357.954	406.806	-12,0%

A Iguaí Rio manteve o ritmo de execução de seu plano de investimentos no 4T25, com foco em projetos estruturantes voltados à expansão e modernização dos sistemas de esgotamento sanitário e abastecimento de água nas áreas sob concessão. No município do Rio de Janeiro, os investimentos foram direcionados principalmente para o Complexo Lagunar, retrofit da ETE Barra, projetos em áreas irregulares, redução de perdas, reservatório de Jacarepaguá e reforma de travessias. O Complexo Lagunar segue em execução com avanço consistente das atividades de dragagem, contribuindo para a recuperação ambiental da região. As obras de retrofit da ETE Barra foram concluídas no final de 2025, modernizando a infraestrutura de tratamento de esgoto.

Nos projetos em áreas irregulares, prosseguem as intervenções de regularização e expansão das redes, enquanto as iniciativas de combate a perdas avançam com a substituição de hidrômetros e implantação de Distritos de Medição e Controle (DMCs). O novo reservatório de Jacarepaguá também apresentou progresso relevante, ampliando a capacidade de armazenamento e reforçando a segurança operacional do sistema.

Na região serrana, os investimentos concentraram-se no Sistema de Esgotamento Sanitário Integrado (SES Integrado), com avanços nas frentes de implantação de redes e ligações de esgoto, reforçando o compromisso da concessionária com a ampliação da cobertura e a melhoria da qualidade ambiental da região.

Demonstração do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	3	1.734.252	1.633.097
Custo dos serviços prestados	4	(1.132.554)	(1.146.111)
Lucro bruto		601.698	486.986
Despesas e outras receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	4	(79.050)	(146.395)
Outras receitas		1.252	385
		(77.798)	(146.010)
Resultado antes do resultado financeiro líquido		523.900	340.976
Receitas financeiras	5	64.110	130.333
Despesas financeiras	5	(1.114.242)	(1.088.534)
Resultado financeiro líquido		(1.050.132)	(958.201)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(526.232)	(617.225)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	178.193	209.789
Prejuízo do exercício		(348.039)	(407.436)
Prejuízo por ação - básico e diluído (em Reais)	7	(0,173154)	(0,202704)

Demonstração do valor adicionado			
Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Nota	2025	2024
Receitas		1.919.519	1.720.415
Receitas de contratos com clientes	3	1.891.162	1.769.168
Outras receitas		190	380
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	4	(28.167)	(49.133)
Insumos adquiridos de terceiros		906.983	(944.815)
Custos dos serviços prestados		(892.083)	(923.268)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(14.900)	(21.547)
Valor adicionado bruto		1.012.536	775.600
Depreciação e amortização	4	(251.717)	(233.872)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		760.819	541.728
Receitas financeiras	5	64.110	130.333
Outras receitas - transferência		1.061	5
Valor adicionado total a distribuir		825.990	672.066
Pessoal		118.030	99.493
Remuneração direta		91.925	81.554
Benefícios		22.994	15.275
FGTS		3.111	2.664
Impostos, taxas e contribuições		(55.368)	(103.201)
Federais		(55.369)	(103.201)
Municipais		1	-
Remuneração de capitais de terceiros		1.111.367	1.083.210
Juros		1.026.550	937.595
Aluguéis		675	781
Despesa com atualização de outorga	5	-	85.153
Outras		84.142	59.681
Remuneração de capitais próprios		(348.039)	(407.436)
Prejuízo do exercício		(348.039)	(407.436)
Valor adicionado total distribuído		825.990	672.066

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
	2025	2024	
Prejuízo do exercício	(348.039)	(407.436)	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente total	(348.039)	(407.436)	

Demonstração dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(526.232)	(617.225)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa:			
Baixa de ativo de direito de uso e intangível		-	(52)
Depreciação e amortização	4	251.717	233.872
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	4	(28.167)	49.133
Provisões		400	30.279
Atualização de outorga	5	-	85.153
Encargos e variações monetárias, líquidas		967.804	872.306
		665.522	653.466

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
	2025	2024	
Variações em:			
Contas a receber e outros recebíveis		(6.220)	(31.874)
Impostos e contribuições a recuperar		(7.901)	(5.870)
Outros ativos		(10.936)	1.240
Fornecedores e partes relacionadas		(67.045)	23.821
Poder concedente a pagar	11.2	(1.817.689)	-
Obrigações fiscais		182	2.630
Outras obrigações		3.034	3.034
		(1.238.377)	646.447

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
	2025	2024	
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis		5.694	4.456
Juros pagos de debêntures, empréstimos e arrendamentos		(252.962)	(185.130)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(1.485.645)	465.773

Fluxo de caixa das atividades de investimento			
	2025	2024	
Aquisições de ativo intangível, imobilizado e ativo de contrato	11 e 22 a.	(345.876)	(406.572)
Depósitos bancários vinculados	9	(123.293)	-
Aplicações financeiras	5	976.280	(504.370)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		507.111	(910.942)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e debêntures tomados	13.2 e 14.2	131.765	3.210.133
Custo de transação pago no período		-	(198.264)
Pagamentos de empréstimos, debêntures e arrendamentos		(51.301)	(1.683.169)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		80.464	1.328.700
Aumento (diminuição) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		(898.070)	883.531
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	927.322	43.791
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	29.252	927.322

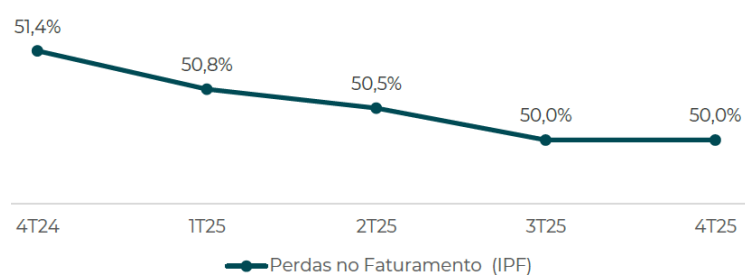
Performance Operacional

	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Economias (mil)	709,9	690,3	2,8%	709,9	690,3	2,8%
Água	376,1	364,6	3,2%	376,1	364,6	3,2%
Esgoto	333,8	325,7	2,5%	333,8	325,7	2,5%
Volume faturado (milhões m³)	39,6	40,0	-1,1%	158,0	157,5	0,3%
Água	20,9	20,9	-0,1%	83,1	82,8	0,3%
Esgoto	18,7	19,1	-2,1%	74,9	74,7	0,3%
Perdas de faturamento de água (%)	50,0%	51,4%	-1,4 p.p.	50,0%	51,4%	-1,4 p.p.
Inadimplência (%)	-2,0%	4,0%	-6,1 p.p.	-2,0%	4,0%	-6,1 p.p.

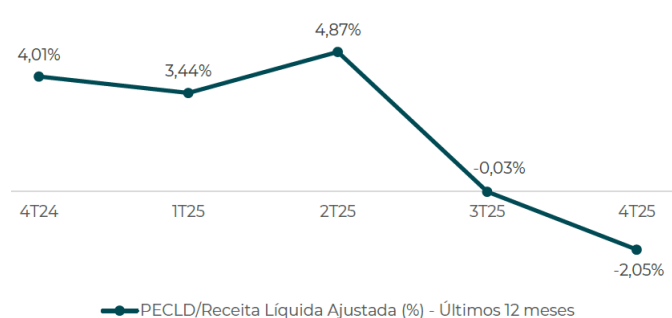
• **Economias:** No comparativo entre o 4T25 e 4T24, as economias de água tiveram incremento de 3,2%, enquanto as Economias de Esgoto aumentaram 2,5%, totalizando 2,8% de crescimento no consolidado de Economias de Água e Esgoto, resultado maior que o comparativo anual apresentado no último trimestre. Esse resultado se deve principalmente às ações de fiscalização implementadas, que têm aumentado a base ativa de clientes por meio de ligações e paralelamente aumentado a receita da Companhia. Paralelamente, em 2025 a companhia iniciou ações de reurbanização de comunidades.

• **Volume faturado:** No 4T25, a Companhia teve redução de 1,1% no volume faturado comparado ao 4T24. A alteração do consumo mínimo da Tarifa Social de 21 para 15m³ gerou redução de 5,4 milhões de m³ em 2025 (sendo 2,9 milhões de m³ de Água e 2,5 milhões de m³ de Esgoto) e 1,6 milhões de m³ no 4T25 (sendo 0,9 milhões de m³ de Água e 0,8 milhões de m³ de Esgoto). Por outro lado, o híbrido gerou aumento no volume faturado, minimizando impactos da alteração de regra da Tarifa Social. No acumulado do ano de 2025 contra 2024, entretanto, vemos um aumento de 0,3% no volume. Esse resultado positivo se deve às iniciativas estratégicas voltadas à regularização de consumidores e captação de novos clientes, somadas ao investimento em infraestrutura aplicados desde o início do ano.

• **Perdas de faturamento de água:** No 4T25, o Índice de Perdas no Faturamento apresentou redução de 1,4 p.p., resultado da efetividade das ações de controle de vazões e setorização de redes, combinadas com iniciativas de fiscalização e regularização de clientes.



• **Inadimplência:** A Companhia segue intensificando as ações de recuperação de crédito e renegociação de débitos, aliadas ao fortalecimento do relacionamento com os clientes. Essas medidas visam reduzir a inadimplência, assegurando previsibilidade e sustentabilidade da receita. No 3T25 e 4T25, os valores referentes às perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa apresentaram reversão, resultando em impacto positivo no resultado e, consequentemente, em variação percentual negativa no período, atingindo -2,05% no 4T25. Paralelamente, destaca-se o programa de recuperação de débitos da Iguaí, que apresentou resultados positivos no Rio ao longo de 2025.



Performance Econômico-Financeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

1. Informações sobre a Companhia - 1.1. Informações gerais: A Iguá Rio de Janeiro S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com registro na categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e sem negociação *free float*, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A controladora direta da Companhia é a Iguá Saneamento S.A., sociedade anônima de capital aberto com registro na categoria "A" perante a CVM. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2026.

1.2. Contexto operacional: A Companhia foi constituída em 11 de junho de 2021, com o propósito específico de celebrar e executar o contrato de concessão decorrente do leilão promovido pelo Estado do Rio de Janeiro para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Bloco 2 dessa licitação. Em 7 de fevereiro de 2022, após período de operação assistida, a Companhia iniciou a operação plena da concessão, passando a ser responsável pela prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto nas regiões da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá e Vargens, na capital do Estado do Rio de Janeiro, bem como nos municípios de Miguel Pereira e Paty do Alferes. O prazo contratual da concessão é de 35 anos, contados da data de início da operação plena. Nos termos do contrato de concessão, a Companhia assumiu obrigações relevantes de investimento, universalização e qualidade dos serviços, bem como compromissos financeiros relacionados ao pagamento de outorga fixa e variável, estruturados de forma compatível com o plano econômico-financeiro do projeto.

1.3. Continuidade operacional: A Companhia encontra-se em fase inicial de maturação da concessão, caracterizada por elevados níveis de investimento em infraestrutura e por estrutura de capital intensiva em financiamento de longo prazo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apurou prejuízo de R\$348.039 (prejuízo de R\$407.436 em 31 de dezembro de 2024), refletindo substancialmente as despesas financeiras associadas às debêntures emitidas para financiar a outorga e os investimentos do projeto, as quais totalizaram R\$951.100 no exercício (R\$913.147 em 2024), conforme nota explicativa nº 5. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta elevado índice de alavancagem financeira, compatível com a estrutura típica de financiamento de projetos de infraestrutura em fase inicial de operação. Esse perfil de endividamento está alinhado ao modelo econômico-financeiro originalmente estruturado para a concessão, que prevê intensificação progressiva da geração operacional de caixa à medida que os investimentos sejam incorporados à base de ativos e a concessão alcance maior maturidade operacional. A Administração monitora continuamente as projeções de fluxo de caixa, considerando o plano de negócios aprovado, as obrigações contratuais de investimento e o cronograma de amortização das dívidas. Com base nessas avaliações e no horizonte de longo prazo da concessão, a Administração entende que a Companhia dispõe de condições adequadas para a continuidade normal de suas operações, não havendo, na data-base destas demonstrações financeiras, incerteza relevante que possa levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis materiais - 2.1. Base de elaboração: As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Administração declara que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas. A Companhia possui um único segmento operacional, sendo ele a concessão.

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025: A Companhia avaliou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; Alterações ao OCPC 10 – Créditos de Carbono (ICQ2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxinação (CBO). As alterações trazidas acima não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento Descrição Aplicação

Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros 01/01/2026

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11 Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais 01/01/2026

IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações 01/01/2027

IFRS 19 A Companhia deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IFRS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Em relação as demais normas contidas na tabela acima não é esperado impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. Reforma tributária: Em 2025 foi promulgada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil. A nova legislação estabelece a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"), de competência federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), de competência compartilhada entre estados e municípios, os quais substituirão gradualmente tributos atualmente incidentes sobre o consumo, como PIS, COFINS, ICMS, ISS e, parcialmente, o IPI. A legislação também instituiu o Imposto Seletivo ("IS"), aplicável a determinados bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, não abrangendo os serviços de saneamento básico. O período de transição para o novo sistema tributário ocorrerá entre 2026 e 2032, durante o qual os tributos atualmente vigentes coexistirão com a CBS e o IBS, de forma progressiva. A Administração acompanha a evolução da regulamentação da reforma tributária e vem conduzindo análises preliminares sobre os potenciais impactos do novo sistema tributário nas operações da Companhia. Considerando que parte relevante da regulamentação complementar e dos aspectos operacionais do novo modelo ainda está em processo de definição, as avaliações relacionadas aos possíveis efeitos sobre os resultados e a posição financeira da Companhia seguem em desenvolvimento e serão atualizadas à medida que novas normas e orientações sejam emitidas pelas autoridades competentes.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais: Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração exerce julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são continuamente avaliadas com base em histórico, expectativas futuras e outros fatores considerados razoáveis nas circunstâncias, e suas revisões são reconhecidas prospectivamente. Os principais julgamentos e estimativas que possuem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia referem-se, principalmente: (i) à mensuração das receitas não faturadas; (ii) à mensuração das perdas esperadas de crédito relacionadas às contas a receber e ativos de contrato; (iii) ao reconhecimento e à realização do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas; (iv) ao reconhecimento de gastos capitalizáveis e despesas operacionais considerando a natureza e o potencial de geração de benefícios futuros; (v) à avaliação da recuperabilidade do ativo intangível decorrente do contrato de concessão; e (vi) à provisões para perdas com causas judiciais. As estimativas utilizadas refletem as melhores informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras e são consistentes com a natureza e o estágio de desenvolvimento da concessão. A Administração entende que as premissas adotadas são razoáveis e consistentes com a realidade operacional e financeira da Companhia. Adicionalmente, durante o exercício de 2025, a Administração revisou parâmetros e premissas utilizados na mensuração das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e nos critérios relacionados à avaliação da expectativa de realização das receitas reconhecidas. Essa revisão decorre do aprimoramento contínuo dos modelos de estimativa adotados pela Companhia, com base na evolução do histórico de inadimplência, no comportamento recente da base de clientes e na maturidade operacional das concessões. A revisão realizada resultou em atualização das estimativas utilizadas na mensuração desses saldos, sendo seus efeitos reconhecidos de forma prospectiva nas demonstrações financeiras do exercício corrente.

3. Receita operacional líquida - 3.1. Política contábil: A Companhia apresenta suas receitas líquidas dos impostos, abatimentos e cancelamentos e reconhece quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. A mensuração da receita reflete o valor que a Companhia espera receber em contraprestação pelos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, serviços acessórios e atividades de construção associadas ao contrato de concessão. A Administração adota critérios objetivos para avaliar a expectativa de realização financeira das receitas reconhecidas, considerando o histórico de pagamentos, o comportamento recente de adimplência e outros fatores relevantes. Quando não há expectativa razoável de recebimento, a receita previamente reconhecida é estornada. a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto: As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. O reajuste das tarifas cobradas em virtude da prestação dos serviços é realizado anualmente, conforme fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão e depende de homologação da Agência Reguladora. b) Contratos de concessão de serviços e construção: A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado considerando margem zero. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo de contrato e subsequentemente como um ativo intangível à medida em que a Companhia recebe o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. c) Receita de serviços de operação: A receita de serviços de operação corresponde aos serviços prestados de manutenção, serviços auxiliares como instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

	2025	2024		
4. Custos e despesas				
Natureza dos custos e despesas				
Custo de construção	(359.272)	(406.806)		
Água	(352.769)	(353.954)		
Depreciação e amortização	(251.717)	(233.872)		
Despesas com pessoal	(128.456)	(109.339)		
Outorga e taxas de fiscalização	(55.386)	(48.177)		
Serviços de terceiros	(44.261)	(46.215)		
Outros custos e despesas	(47.910)	(45.010)		
Perdas líquidas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	28.167	(49.133)		
Total	(1.211.604)	(1.292.506)		
Custo dos serviços prestados	(1.132.554)	(1.146.111)		
Despesas administrativas e gerais	(79.050)	(146.395)		
Total	(1.211.604)	(1.292.506)		
5. Resultado financeiro - 5.1. Política contábil: Compreendem principalmente os valores de juros sobre aplicações financeiras e debêntures que são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.				
5.2. Composição				
Receitas financeiras				
Juros de aplicações financeiras	49.964	120.058		
Juros de contas a receber de clientes	11.388	8.912		
Outras receitas financeiras	2.758	1.363		
Total	64.110	130.333		
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures	(951.100)	(913.147)		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(60.961)	(8.412)		
Fiança bancária	(67.227)	(52.259)		
Juros sobre arrendamento	(2.887)	(1.227)		
Total	(1.082.175)	(975.045)		
Receitas financeiras				
Juros sobre debêntures com partes relacionadas - Nota 19	(12.077)	(8.597)		
Ganho (perda) líquida na remensuração das debêntures conversíveis	474	(6.212)		
Despesa com atualização de outorga	-	(85.153)		
Comissões e despesas bancárias	(5.325)	(3.694)		
Outras despesas financeiras	(15.139)	(9.833)		
Total	(1.114.242)	(1.088.534)		
Resultado financeiro	(1.050.132)	(958.201)		
6. Imposto de renda e contribuição social - 6.1. Política Contábil: a) Imposto de renda e contribuição social correntes: O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possui o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais de ativos e passivos, e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, e são revisados a cada data-base, sendo reduzidos quando essa realização deixa de ser provável. Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas vigentes (ou substancialmente vigentes) na data-base e apresentados de forma líquida quando há direito legalmente executável de compensação e quando relacionados a tributos lançados pela mesma autoridade tributária.				
6.2. Composição: Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:				
	Ativo	Passivo	Resultado	
	2025	2024	2025	
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	809.122	668.200	-	
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa e receita não reconhecida	150.816	112.434	-	
Outras diferenças temporárias	4.099	3.331	-	
Direitos a faturar	-	23.632	22.913	
Diferimento receita órgão público	-	2.725	2.013	
Juros capitalizados	-	448	(448)	
Compensação (b)	(26.805)	(24.926)	(26.805)	
Total	937.232	759.039	(178.193)	
(a) Com base na estimativa dos resultados futuros indicados no plano anual de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social acumulados até o limite dos lucros tributáveis futuros disponíveis para compensação de tais perdas. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição, com expectativa de realização antes do término do prazo de concessão. (b) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro líquido pela mesma autoridade tributária.				
6.3. Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva:				
	2025	2024		
Resultado do exercício antes dos impostos	(526.232)	(617.225)		
Alíquota nominal	34%	34%		
Benefício com imposto a alíquota nominal	178.919	209.857		
Ajuste do imposto de renda e contribuição social				
Despesas não dedutíveis	(1.283)	(343)		
Outras	557	275		
Total de benefícios com imposto de renda e contribuição social	(726)	(668)		
Alíquota efetiva	(34%)	(34%)		
6.4. Expectativa de realização: Os impostos diferidos ativos foram constituídos, exclusivamente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. A estimativa é de realização integral do ativo fiscal diferido antes do fim do contrato de concessão. A estimativa utilizada para realização do saldo foi feita com base no Plano de Negócios 2026-2030, que considera a maturação da eficiência operacional, crescimento da base de economias em função do aumento de cobertura, iniciativas comerciais, redução dos níveis de perdas e iniciativas de fiscalização, que gerará lucros tributáveis até o final das concessões superiores ao montante total dos créditos fiscais.				
7. Resultado por ação: O resultado por ação, básico e diluído, é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme demonstrativo abaixo. Não há instrumentos financeiros ou patrimoniais com potencial de diluição em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.				
	2025	2024		
Prejuízo do exercício	(348.039)	(407.436)		
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	2.010.001.000	2.010.001.000		
Resultado por ação básico e diluído (reais) (a)	(0,173154)	(0,202704)		
(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº16 b., a Companhia possui 1,4 bilhão de debêntures obrigatoriamente conversíveis em ação, que por sua natureza são consideradas no denominador do cálculo do resultado por ação básico e diluído.				
8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - 8.1. Política contábil: a) Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. b) Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são compostas por fundo de investimento exclusivo e não exclusivo, com títulos lastreados em títulos privados e públicos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Os fundos em que a Companhia possui aplicações, apresentam em sua regulamentação, a possibilidade de risco de liquidez, alteração de valores (aumento ou redução de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado), dentre outros fatores de riscos. Deste modo, os mesmos não atendem os critérios de reconhecimento de caixa e equivalentes de caixa.				
8.2. Composição	Rentabilidade média	Taxa média de remuneração	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos			24.663	19.552
Operações compromissadas	91,27% do CDI	13,06%	4.589	3.046
Certificado de depósito bancário			-	904.724
Total caixa e equivalentes de caixa			29.252	927.322
Aplicações financeiras				
Fundo de investimento (a)	101,77% do CDI	14,56%	2.004	941.915
Total aplicações financeiras			2.004	941.915
(a) Fundos de investimento, cuja composição refere-se principalmente a aplicações em outros fundos de investimento não exclusivos de renda fixa, do tipo FIC, com liquidez diária, referenciados ao DI, bem como em títulos públicos, remunerado a condições e taxas normais de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros, crédito e liquidez, bem como a respectiva análise de sensibilidade, estão divulgadas na nota explicativa nº18.				
9. Depósitos bancários vinculados	Rentabilidade média	Taxa média anual de remuneração	2025	2024
Fundos de investimento	101,77% do CDI	14,56%	130.505	138.390
Conta corrente			3.165	21.784
Circulante			73.956	59.714
Não circulante			-	133.670
Total			217.626	352.558
Depósitos bancários vinculados, em 31 de dezembro de 2025, referem-se ao saldo acumulado em contas vinculadas, com fluxo de composição das contas em conformidade com o estabelecido nos contratos de financiamento firmados, para: (I) constituição da conta pagamento no montante equivalente a 1 (uma) parcela do serviço dos financiamentos do Saneamento para Todos contratados junto ao Banco BTG Pactual S.A.; (II) constituição da conta pagamento composta mensalmente em montante equivalente a 1/6 do valor da parcela da 1ª série da 4ª emissão de debêntures; (III) constituição da conta pagamento composta mensalmente em montante equivalente a 1/6 do valor da parcela da 2ª série da 4ª emissão de debêntures e (IV) constituição da conta reserva no montante equivalente a 1 (uma) parcela da 1ª série da 4ª emissão de debêntures.				
10. Contas a receber e outros recebíveis - 10.1. Política contábil: Correspondem aos valores reconhecidos pela prestação de serviços de abastecimento de água, tratamento de esgoto, construção e operação no curso normal das atividades da Companhia. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base no modelo de perdas esperadas, conforme o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, considerando a avaliação de créditos individualmente relevantes e a aplicação de percentuais de perda por faixa de vencimento (<i>aging</i>), ajustados com base em informações prospectivas.				
10.2. Composição do contas a receber e outros recebíveis: As contas a receber e outros recebíveis referem-se, substancialmente, a valores a receber pela prestação de serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de es-				

gato, bem como a outros créditos operacionais e financeiros, incluindo créditos com partes relacionadas.

Nota

	2025	2024			
Contas a receber de saneamento e serviços	343.810	335.479			
Direitos a faturar (a)	76.589	74.260			
Total contas a receber	420.399	409.739			
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(162.906)	(191.073)			
Total	257.493	218.666			
Operações mensais - partes relacionadas	19 b.	4			
Outros - contas a receber	-	6.776			
Total outros recebíveis	264.273	224.192			
(a) São os serviços prestados e ainda não faturados, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras.					
10.3. Composição por vencimento do contas a receber: A composição por vencimento das contas a receber de saneamento e serviços e direitos a faturar é como segue:					
	2025	2024			
A vencer	238.803	238.891			
Vencidos até 30 dias	18.491	19.862			
Vencidos entre 31 e 60 dias	7.286	11.687			
Vencidos entre 61 e 90 dias	5.315	7.682			
Vencidos entre 91 e 120 dias	3.063	6.836			
Vencidos entre 121 e 150 dias	3.063	2.362			
Vencidos entre 151 e 180 dias	2.051	3.840			
Vencidos acima de 180 dias (a)	142.327	118.579			
Total	420.399	409.739			
(a) Em sua maioria refere-se a clientes públicos.					
10.4. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: O movimento nas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício é como segue:					
	2025	2024			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	141.940	49.133			
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa reconhecida	49.133	191.073			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	191.073	(28.167)			
Reversão das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (a)	(28.167)	162.906			
Saldos em 31 de dezembro de 2025	162.906	162.906			
(a) O valor de reversão contempla o efeito de revisão da política de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa realizada em 2025. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve baixas relevantes de créditos considerados irreperáveis.					
11. Intangível e ativo de contrato - 11.1. Política contábil: Os ativos intangíveis da Companhia compreendem, substancialmente, (i) direitos de concessão adquiridos de terceiros, (ii) ativos intangíveis reconhecidos em decorrência de contratos de concessão, nos termos da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, e (iii) valores pagos a título de outorga de concessão. Em adição, a Companhia reconhece ativos de contrato relacionados a obras em andamento vinculadas aos contratos de concessão. Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida pelo método linear, a partir do momento em que o ativo esteja disponível para uso, e não excede o prazo final dos respectivos contratos de concessão. Conforme a ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 e a OCPC 05, os dispêndios relacionados à construção, ampliação ou melhoria da infraestrutura concedida são reconhecidos como ativos quando representam serviços de construção com potencial de geração de benefícios econômicos futuros. Os gastos com manutenção e conservação são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. A Administração exerce julgamento na distinção entre gastos capitalizáveis e despesas operacionais, com base na política contábil do Grupo e nos critérios estabelecidos pelas normas aplicáveis, avaliando, entre outros aspectos, se os dispêndios resultam em aumento de capacidade, melhoria de desempenho ou extensão da vida útil da infraestrutura concedida. Gastos que representam manutenção ou conservação da infraestrutura são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis são capitalizados até o momento em que o ativo esteja substancialmente pronto para uso, nos termos do CPC 20 (R1). Os encargos financeiros associados a captações destinadas ao pagamento de outorga não são capitalizados, por não atenderem à definição de ativo qualificável. Adicionalmente, a Companhia reconhece como ativos intangíveis determinados gastos com softwares, sistemas e projetos de desenvolvimento que não se enquadram no escopo da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, por não representarem investimentos em infraestrutura física concedida. Esses ativos são reconhecidos e mensurados de acordo com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, quando atendidos os critérios de identificação, controle e geração de benefícios econômicos futuros, sendo amortizados ao longo de suas respectivas vidas úteis estimadas.					
11.2. Composição - a) Valor contábil					
	Intangível	Ativo de contrato	Outorga da	Software	Total
	ICPC 01 (R1) / IFRIC 12	(obras em andamento)	concessão		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	232.630	169.563	6.900.583	4.890	7.307.666
Adições	-	406.806	-	922	407.728
Transferências	270.672	(270.672)	-	-	-
Amortização	(13.891)	-	(208.582)	(1.141)	(223.614)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	489.411	305.697	6.692.001	4.671	7.491.780
Adições (a)	1.318	357.954	-	709	359.981
Transferências	363.871	(363.871)	-	-	-
Amortização	(23.647)	-	(208.582)	(1.319)	(233.548)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	830.953	299.780	6.483.419	4.061	7.618.213
(a) A Companhia capitalizou, em 31 de dezembro de 2025, os juros sobre os empréstimos captados no montante de R\$1.318, não houve capitalizações realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.					
	Taxa média de amortização	% a.a.	2024	2025	Custo total
Benefícios em imóveis de terceiros	3,12	13,906	-	2,280	16,186
Máquinas, aparelhos e equipamentos	16,67	42,837	-	33,37	

13.3. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de empréstimos e financiamentos

Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	Saldos em 31 de dezembro de 2024	-
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento			
Captação	510.133	Reversões	(9.728)
Custo de transação pago	(9.728)	Pagamentos	(205)
Custo de transação	(16.698)	Saldos em 31 de dezembro de 2025	501
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	483.707	15.4. Passivos contingentes:	As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras referem-se a processos classificados como de risco possível, avaliados com o apoio de assessores jurídicos externos, e estão distribuídas conforme a natureza a seguir:
Outras variações		Natureza	
Custo de transação	185	Cíveis	2025
Provisão de juros	(6.409)	Trabalhistas	2024
Provisão de juros	8.412	Ambientais	2025
Total de outras variações	2.188		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	485.895	Total	57.394
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento		16. Patrimônio líquido - a)	Capital social: O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$661.030 (R\$ 608.830 em 31 de dezembro de 2024), representado por 661.030 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A controladora Igua Saneamento S.A. detém 100% das ações. A Companhia realizou a conversão parcial de 52.200 cotas da 1ª emissão de debêntures em cotas do capital social, totalizando um aumento no montante de R\$52.200 no capital social, e com isso segue atendendo ao cronograma de capital social mínimo definido em contrato conforme descrito abaixo. Nos termos do Contrato de Concessão, a Companhia está sujeita à manutenção de capital social mínimo subscrito e integralizado, conforme cronograma previamente estabelecido, cujo descumprimento pode ensejar a aplicação de penalidades contratuais. Para o quarto ano da concessão, o capital social mínimo exigido é de R\$661.030. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado da Companhia atende integralmente ao montante mínimo exigido no Contrato de Concessão.
Captação	131.765	b) Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	
Amortização de principal	(10.526)		
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	121.239		
Outras variações			
Custo de transação	1.113		
Provisão de juros	(49.303)		
Juros capitalizados (a)	1.318		
Provisão de juros	59.848		
Total de outras variações	13.249		
Saldos em 31 de dezembro de 2025	620.383		

(a) A Companhia capitalizou em 31 de dezembro de 2025, os juros sobre os empréstimos captados no montante de R\$1.318. **13.4. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants):** Os índices financeiros são verificados com base nas datas estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes, nesse caso, todo encerramento de exercício. A Administração acompanha os cálculos deste índice periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. A Companhia não possui *covenants* financeiros a serem cumpridos em 31 de dezembro de 2025, bem como também se encontra adimplente com os não financeiros nesta data. (a) A Companhia capitalizou em 31 de dezembro de 2025, os juros sobre os empréstimos captados no montante de R\$1.318. **13.4. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants):** Os índices financeiros são verificados com base nas datas estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes, nesse caso, todo encerramento de exercício. A Administração acompanha os cálculos deste índice periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. A Companhia não possui *covenants* financeiros a serem cumpridos em 31 de dezembro de 2025, bem como também se encontra adimplente com os não financeiros nesta data.

Linha de crédito	Indexador	Juros médios a.a. (a)		2025	2024
		Venci-mento	2025		
Debêntures 1ª emissão (Igua Saneamento) (b)		1,20	2027	61.198	53.918
Debêntures 3ª emissão (Igua Saneamento) (b)		2,00	2028	27.250	23.585
Debêntures 4ª emissão - 1ª série	IPCA	12,46	2043	2.584.343	2.396.251
Debêntures 4ª emissão - 2ª série	IPCA	12,23	2052	2.316.232	2.149.805
Debêntures 5ª emissão	IPCA	11,39	2044	3.282.151	2.935.526
				8.271.174	7.559.085
(-) Custo de transação				(449.174)	(474.068)
Circulante				71.206	-
Não circulante				7.750.794	7.085.017
Total				7.822.000	7.085.017

(a) Os juros médios incorporam os juros fixos e, quando aplicável, a estimativa do indexador de referência na data do fechamento. (b) Refere-se a debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações, adquiridas integralmente pela controladora da Companhia. **Debêntures obrigatoriamente conversíveis - 1ª emissão:** Em 4 de abril de 2022, a Companhia aditiu a escritura da 1ª emissão de debêntures no valor de R\$1.240.277. As debêntures são conversíveis em ações (*ordinárias*) da Companhia a qualquer momento entre a data de emissão das notas e sua data de liquidação ou obrigatoriamente conversíveis na data de vencimento em 9 de agosto de 2027. A Igua Saneamento S.A., no papel de debenturista na hipótese de conversão, será detentora de 1.150.000 de ações. Em 7 de agosto de 2024, foi realizada a conversão de 48.829 debêntures em cotas do capital social e nesta mesma data foi realizado o 3º aditamento a esta escritura que altera o prazo de vencimento para a data supracitada. Esta alteração resultou em uma remensuração do passivo financeiro e gerou uma perda de R\$4.605, reconhecida no resultado financeiro. Em 11 de dezembro de 2025, a Igua Rio de Janeiro S.A. realizou a conversão de 52.200 debêntures da 1ª emissão em cotas do capital social, o que ensejou a remensuração do passivo financeiro e o reconhecimento de ganho no montante de R\$474 no resultado financeiro. 3ª emissão: Em 27 de janeiro de 2022, a Companhia emitiu 300.000 debêntures ao valor nominal unitário de R\$1.000. As debêntures são conversíveis em ações (*ordinárias*) da Companhia a qualquer momento entre a data de emissão das notas e sua data de liquidação ou obrigatoriamente conversíveis na data de vencimento em 27 de janeiro de 2028. O preço de conversão é fixo e corresponde à relação de 1 ação por 1 debênture. Em 7 de agosto de 2024, foi realizado o 3º aditamento a esta escritura que altera o prazo de vencimento para a data supracitada. Esta alteração resultou em uma remensuração do passivo financeiro e gerou uma perda de R\$1.607, reconhecida no resultado financeiro. Os recursos líquidos recebidos pela 1ª emissão e 3ª emissão das debêntures obrigatoriamente conversíveis foram segregados entre o elemento do passivo financeiro e o componente do patrimônio líquido, conforme segue:

	1ª emissão	3ª emissão
Valor da emissão – Debêntures	1.240.277	300.000
Taxa de juros anuais a mercado (a)	15,60%	15,54%
Taxa de juros do instrumento financeiro (b)	1,20%	2,00%
Prazo (meses)	65	73
Instrumento financeiro passivo na data de emissão	25.084	11.912
Instrumento patrimonial na data de emissão (vide nota explicativa nº16 b.)	1.215.193	288.088

(a) Taxa de desconto estimada para transações com terceiros sem conversibilidade em ações. A Companhia considerou CDI + 1,20% e CDI + 2,0%, respectivamente. Conforme escrituras de emissão de debêntures privadas obrigatoriamente conversíveis em ações. **Debêntures simples, não conversíveis - 4ª emissão:** Em 15 de maio de 2023, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 4ª Emissão de Debêntures Simples, em duas séries, inicialmente, no montante de R\$3.800.000. A 1ª série no montante de R\$2.000.000 possui vencimento final em 15 de maio de 2043 e remuneração fixa equivalente a 8,20% a.a. + 100% da variação acumulada do IPCA. A 2ª série no montante de R\$1.800.000 possui vencimento final em 15 de maio de 2052 e remuneração fixa equivalente a 7,97% a.a. + 100% da variação acumulada do IPCA. 5ª emissão: Em 1 de abril de 2024, a Companhia concluiu a emissão de oferta pública de distribuição da 5ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, no montante de R\$2.700.000. As debêntures serão amortizadas em 36 parcelas semestrais e consecutivas a partir de 15 de agosto de 2026, com vencimento final em 15 de fevereiro de 2044 e remuneração fixa equivalente a 7,1303% a.a. + 100% da variação acumulada do IPCA. As garantias das debêntures emitidas pela Controlada Igua Rio de Janeiro S.A. consistem em: fiança bancária (2ª série da 4ª emissão); fiança da controladora Igua Saneamento S.A.; cessão fiduciária de 100% dos recebíveis originados pela prestação de serviços de água e esgoto; alienação de 100% das ações deidas pela Companhia; cessão fiduciária das indenizações provenientes do acionamento dos seguros da concessão; cessão fiduciária dos contratados de EPC (contrato de obras) e dos contratos de operação e manutenção do Projeto, com valor individual acima de R\$10.000; cessão fiduciária das contas pagamento equivalentes a uma parcela vencedora, cessão fiduciária das contas reservas, sendo que da 2ª série e da 1ª série da 5ª emissão e dos contratos de repasse foram substituídas por uma fiança bancária na qual a Igua é garantidora dos bancos fiadores. Ademais, ressalva-se que as garantias das debêntures são compartilhadas de forma proporcional com os contratos de financiamento e repasse.

14.3. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de debêntures

Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.531.217
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento	
Captação	2.700.000
Custo de transação pago	(188.536)
Amortização de principal	(1.674.026)
Custo de transação	(48.583)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	788.855
Outras variações	
Custo de transação	72.945
Provisão de juros - partes relacionadas	(177.494)
Perda na remensuração do passivo	8.597
Reclassificação oriunda da remensuração do passivo financeiro das debêntures conversíveis	6.212
Provisão de juros	14.668
Total de outras variações	764.945
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.085.017
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento	
Amortização de principal	(24.018)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(24.018)
Outras variações	
Custo de transação	24.894
Provisão de juros - partes relacionadas	(201.045)
Provisão de juros	12.077
Ganho na remensuração do passivo	(474)
Reclassificação oriunda da remensuração do passivo financeiro das debêntures conversíveis	(657)
Provisão de juros	926.206
Total de outras variações	761.001
Saldos em 31 de dezembro de 2025	7.822.000

14.4. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants): Os índices financeiros são verificados com base nas datas estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes, nesse caso, todo encerramento de exercício. A Administração acompanha os cálculos deste índice periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. A Companhia não possui *covenants* financeiros a serem cumpridos em 31 de dezembro de 2025, bem como também se encontra adimplente com os não financeiros nesta data.

15. Provisão para perdas em causas judiciais - 15.1. Política Contábil: As provisões para perdas com causas judiciais são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a saída de recursos para a liquidação da obrigação e sendo possível a estimativa confiável do valor envolvido, em conformidade com o CPC 25 – Provisões. Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As contingências classificadas como de risco possível não são reconhecidas contabilmente e são divulgadas nesta nota explicativa. As contingências avaliadas como de risco remoto não são reconhecidas nas divulgações. A avaliação da probabilidade de perda e a mensuração dos valores envolvidos consideram a natureza das demandas, a jurisprudência aplicável, a experiência histórica da Companhia em casos semelhantes e a opinião de assessores jurídicos internos e externos. As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, decisões judiciais ou administrativas relevantes e novas informações disponíveis. **15.2. Natureza das Provisões e dos Passivos Contingentes:** a) Cível: As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros, pleiteando indenizações por danos morais e materiais, questionamento dos valores faturados e questionamentos sobre a metodologia de cobrança de tarifas, bem como a alegadas infrações a obrigações de reparo no pavimento asfáltico. b) Trabalhista: As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas por ex-empregados da Companhia, ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas, danos morais, horas-extras e sobreaviso, escala de revezamento, adicionais de insalubridade, periculosidade e desvio de função. **15.3. Movimentação das provisões:** A movimentação das provisões para perdas com causas judiciais no exer-

cício está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	254	32	286
Adições	464	153	617
Reversões	(12)	-	(12)
Pagamentos	(205)	-	(205)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	501	185	686

15.4. Passivos contingentes: As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras referem-se a processos classificados como de risco possível, avaliados com o apoio de assessores jurídicos externos, e estão distribuídas conforme a natureza a seguir:

	2025	2024
Cíveis	41.174	31.545
Trabalhistas	10.875	5.478
Ambientais	5.345	-
Total	57.394	37.023

16. Patrimônio líquido - a) Capital social: O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$661.030 (R\$ 608.830 em 31 de dezembro de 2024), representado por 661.030 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A controladora Igua Saneamento S.A. detém 100% das ações. A Companhia realizou a conversão parcial de 52.200 cotas da 1ª emissão de debêntures em cotas do capital social, totalizando um aumento no montante de R\$52.200 no capital social, e com isso segue atendendo ao cronograma de capital social mínimo definido em contrato conforme descrito abaixo. Nos termos do Contrato de Concessão, a Companhia está sujeita à manutenção de capital social mínimo subscrito e integralizado, conforme cronograma previamente estabelecido, cujo descumprimento pode ensejar a aplicação de penalidades contratuais. Para o quarto ano da concessão, o capital social mínimo exigido é de R\$661.030. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado da Companhia atende integralmente ao montante mínimo exigido no Contrato de Concessão.

	Registrado em em 2025	Registrado em em 2024
3ª emissão	1.048.971	1.103.692
2ª emissão	27.012.028	284.551

Cada debênture, cujo valor unitário nominal foi de R\$1 (um real), será obrigatoriamente convertida em 1 nova ação ordinária da Companhia até as respectivas datas de vencimento. Não há atualização monetária dos valores unitários nominais. Os juros serão liquidados ao final dos prazos de vencimento dos instrumentos em questão. c) Reservas de lucros: **Reserva Legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados. d) Dividendos: O Estatuto Social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, após a compensação de prejuízos acumulados. Considerando que a Companhia apurou prejuízo no exercício, não há base para a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no período.

17. Gerenciamento do capital: A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de assegurar a continuidade operacional, suportar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas, viabilizar a execução dos planos de investimento de longo prazo e manter como sustentável a fontes de financiamento compatíveis com o perfil de maturação de seus ativos. O gerenciamento de capital considera, de forma integrada, o patrimônio líquido, o nível e o perfil de endividamento, a geração operacional de caixa e o cronograma de investimentos obrigatórios. Como métrica de acompanhamento interno, a Administração monitora o índice de alavancagem, definido como a relação entre a dívida líquida e o patrimônio líquido atribuível aos controladores. A dívida líquida, para esse fim, corresponde ao total de passivos, deduzido do caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e depósitos bancários vinculados. A posição de dívida líquida e o respectivo índice de alavancagem ao final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados da seguinte forma:

	2025	2024
Total do passivo	8.839.229	9.833.079
(-) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e depósitos vinculados	(164.926)	(1.869.237)
(=) Dívida líquida (A)	8.674.303	7.963.842
Total do patrimônio líquido (B)	224.843	572.224
Índice de alavancagem (A/B)	38,58	13,92

Espera-se que o índice de alavancagem continue em alta ao longo de 2026, à medida que a Companhia realize os desembolsos da linha de financiamento "Saneamento Para Todos", conforme detalhado na Nota Explicativa nº13 – Empréstimos e Financiamentos, para viabilizar as intervenções nos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto.

18. Instrumentos financeiros - 18.1. Categorias dos instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial. São mensurados ao custo amortizado os instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos financeiros que têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício. b) Passivos financeiros: A Companhia

(a) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 3 anos	3 - 4 anos	4 - 5 anos	5 anos em diante
31 de dezembro de 2025								
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores e outras contas a pagar	155.844	155.844	134.060	7.360	14.275	37	112	-
Empréstimos e financiamentos (a)	645.511	1.617.893	54.093	54.780	62.644	73.276	73.579	1.299.521
Debêntures (a)	8.271.174	38.806.460	258.458	767.733	914.570	872.054	988.641	35.005.004
Total	9.072.529	40.580.197	446.611	829.873	991.489	945.367	1.062.332	36.304.525

a) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. **iii) Risco de preço:** As tarifas são atualizadas por uma fórmula paramétrica que busca limitar eventual desequilíbrio entre matriz de custo e faturamento. Existe risco de determinação de reajuste de forma arbitrária, diferente do previsto no contrato de concessão, que pode gerar desequilíbrios financeiros no curto prazo, mas, no longo prazo, esses eventos tendem a ser equacionados através de mediação, regulação ou processo judicial para reestabelecer condição econômico-financeira do contrato. **iv) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado impactem os resultados da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. Esse risco decorre, principalmente, de variações em taxas, preços e custos relevantes para as operações. No contexto de contratos de concessão, o risco de mercado inclui, ainda, o risco de elevação dos custos de obras e serviços, que pode afetar negativamente as margens do negócio ao longo do período contratual. O objetivo da gestão de risco de mercado é identificar, avaliar, gerenciar e controlar as exposições a riscos dentro de parâmetros considerados aceitáveis, buscando, ao mesmo tempo, a otimização do retorno. **Risco de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. Este risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos financeiros. As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, IPCA e TR. **Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável:** Com base no saldo das aplicações financeiras e endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do período de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação e depreciação das taxas

Exposição em	Cenários						
	Apreciação das taxas			Depreciação das taxas			
	Varição do índice em 25%	Varição do índice em 50%	Varição do índice em 25%	Varição do índice em 50%	Varição do índice em 25%	Varição do índice em 50%	
2025	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
Instrumentos Indexados ao CDI							
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	6.593	13,05	861	16,31	1.076	19,58	1.291
Depósitos bancários vinculados	130.505	14,06	18.355	17,58	22.949	21,09	27.530
Total	137.098		19.216		24.025		28.821
Impacto no resultado e no patrimônio líquido							
					4.809		9.605
Passivos financeiros							
Debêntures 4ª emissão	(4.900.575)	3,71	(181.811)	4,64	(227.387)	5,57	(272.962)
Debêntures 5ª emissão	(3.282.151)	3,71	(121.768)	4,64	(152.292)	5,57	(182.816)
Total	(8.182.726)		(303.579)		(379.679)		(455.778)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					(76.100)		(152.199)
Passivos financeiros							
Contrato de financiamento e repasse	(645.511)	1,84	(11.877)	2,30	(14.846)	2,76	(17.814)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					(2.969)		(5.937)
Exposição líquida total dos ativos e passivos financeiros	(8.691.139)		(296.240)		(370.500)		(444.771)
Impacto total no resultado e no patrimônio líquido					(74.260)		(148.531)

Fontes: Foram consideradas as taxas projetadas de IPCA e CDI para o período de doze meses e tomou como base as divulgações realizadas pela B3.

19. Partes relacionadas - 19.1. Política: As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e seus acionistas e outras companhias ligadas do mesmo grupo econômico e seguem os termos e condições pactuados entre as partes, os quais são monitorados pelos órgãos de governança para assegurar equilíbrio econômico das transações. Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram os resultados, são demonstradas a seguir:

	Ativo	Passivo	Resultado
	2025	2024	2025

Composição da Diretoria

Diretoria		Contador
Flavio da Costa Vaz	William Gomes Figueiredo	Fabricio dos Santos Teixeira - CRC/SP nº 1SP347408/O-9
	Lucas Tadeu Bergamim Arrosti	

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Iguá Rio de Janeiro S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Iguá Rio de Janeiro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iguá Rio de Janeiro S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas Brasil e com as normas internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Receita bruta de prestação de serviço de água e esgoto** - Por que é um PAA: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, as receitas brutas provenientes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário totalizaram R\$1.638.099 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.430.460 mil em 31 de dezembro de 2024). O processo de reconhecimento dessas receitas envolve elevado volume de transações e uma base altamente pulverizada de clientes. Adicionalmente, o reconhecimento das receitas requer a utilização de estimativas de volumes consumidos e ainda não faturados, calculadas a partir da última data de leitura de consumo até a data do balanço patrimonial, com base em premissas e julgamentos definidos pela Administração da Companhia. Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; (ii) ao julgamento relevante exercido pela Administração no reconhecimento das receitas brutas provenientes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo as estimativas relacionadas à mensuração da receita não faturada; e (iii) ao elevado volume de transações processadas mensalmente. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) A avaliação do desenho e da implementação, bem como a execução de testes de efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao processo de reconhecimento de receitas, incluindo o envolvimento de especialistas em Tecnologia da Informação para a avaliação dos controles gerais do ambiente de TI e dos controles automatizados associados ao reconhecimento de receitas. ii) A elaboração de projeções independentes, com base em premissas históricas de receita, volume faturado e base de clientes, e a comparação dos resultados obtidos com os registros contábeis da Companhia. iii) Execução de testes substantivos sobre as receitas provenientes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário reconhecidas no exercício, com o objetivo de avaliar a ocorrência e a exatidão das transações. iv) No que se refere à estimativa da receita a faturar relacionada a volumes consumidos e ainda não faturados, a verificação dos dados, premissas e critérios adotados pela Administração, bem como da consistência desses critérios em relação ao exercício anterior, incluindo o recálculo da receita a faturar em 31 de dezembro de 2025 e a realização de testes de inspeção documental, em base amostral, por meio do exame das faturas subsequentes e de sua respectiva liquidação. v) A avaliação da adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências de controles internos relacionadas aos processos de reconhecimento de receitas brutas de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em função dessas constatações, ajustamos nossa abordagem de auditoria, com ampliação da extensão dos procedimentos inicialmente planejados, de modo a obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências obtidas, consideramos que as receitas reconhecidas provenientes de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Infraestrutura da concessão - Intangível, ativo de contrato e outorga da concessão:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha registrados saldos de ativos intangíveis de concessão, ativos de contrato e outorga da concessão, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, nos montantes de R\$830.953 mil, R\$299.780 mil e R\$6.483.419 mil (R\$489.411

mil, R\$305.697 mil e R\$6.692.001 mil em 31 de dezembro de 2024). Esses saldos, em conjunto, representam a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção e na melhoria da infraestrutura, de acordo com os contratos de concessão e as práticas contábeis aplicáveis. Os ativos intangíveis de concessão são reconhecidos à medida que o concessionário obtém o direito (autorização) de cobrar dos usuários pelos serviços públicos prestados, por meio da aplicação de tarifas. Os ativos de contrato correspondem aos ativos intangíveis de concessão ainda em fase de construção, os quais são reclassificados para a rubrica de ativo intangível quando entram em operação. A outorga da concessão, por sua vez, refere-se aos montantes pagos em decorrência da celebração dos contratos de concessão, os quais são amortizados de forma linear ao longo do prazo contratual. A mensuração da infraestrutura de concessão é realizada com base no método do custo acrescido de margem, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Esse processo envolve julgamentos significativos, uma vez que é impactado pela diversidade e pela natureza dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, aumentando a complexidade da adequada mensuração e classificação contábil desses ativos. Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; (ii) às especificidades relacionadas à mensuração e ao processo de capitalização de gastos com a infraestrutura da concessão, os quais envolvem determinado grau de julgamento por parte da Administração na distinção entre custos capitalizáveis e despesas de manutenção; e (iii) ao elevado grau de julgamento requerido na avaliação da recuperabilidade dos ativos, que depende da utilização de premissas e estimativas de natureza subjetiva. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) A avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e à mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão. ii) A execução de procedimentos de auditoria sobre a análise de recuperabilidade dos ativos preparada pela Administração, com o objetivo de avaliar a existência de eventuais indicativos de redução ao valor recuperável a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2025. Como parte desses procedimentos, desafiamos as estimativas e premissas relevantes de negócio, incluindo projeções de crescimento de receita, custos e despesas, bem como envolvemos especialistas para avaliação do modelo utilizado na elaboração das premissas, verificação do cálculo matemático e revisão da taxa de desconto, a fim de avaliar se os ativos de infraestrutura da concessão apresentavam indícios de desvalorização. iii) Execução de testes substantivos, em base amostral, sobre as adições ao ativo, com a finalidade de avaliar a ocorrência, a mensuração e a natureza dos gastos, bem como a adequação da classificação entre custos capitalizáveis ou despesas, por meio da inspeção da documentação suporte correspondente. iv) A execução de testes, em base amostral, sobre as transferências realizadas de ativo de contrato (obras em andamento) para ativo intangível, com o objetivo de avaliar a exatidão do momento de início da amortização. v) A avaliação da adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências de controles internos relacionadas ao processo de capitalização de ativos, bem como ajustes de natureza imaterial, os quais demandaram a reavaliação de nossa abordagem de auditoria e a ampliação da extensão dos nossos procedimentos inicialmente planejados, com o objetivo de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada. A Administração, no exercício de seu julgamento, decidiu não registrar tais ajustes, por tê-los considerado imateriais no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitável o processo de reconhecimento da infraestrutura da concessão – compreendendo o ativo intangível, o ativo de contrato e a outorga da concessão, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Nossa conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido

na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar nossa opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 25 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

